

TRATADO CONTEMPORÂNEO de Polícia Judiciária

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei n° 9.610/98). É crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

COLOFÃO

Editora: Umanos Editora

Editor: Leandro Doorneles

Revisão gramatical: Telma Cheida

Revisão de ideia: Jair Donato

Diagramação: Leandro Doorneles

Capa: Neliton Gois

Conselheiros editoriais: Francieli Sbisigo e Jair Donato

Produtora editorial: Fabiane I. Ayres

Marketing: Neliton Gois

Comercial: Lucas Budoia

Formato / Papel: Polen Soft 90g, 1cor

Foto capa: https://www.freepik.com/premium-photo/spec-ops_1264130.htm

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Tratado contemporâneo de polícia judiciária / organização António Francisco de Sousa, Henrique Hoffmann, Joaquim Leitão Júnior. - Cuiabá, MT : Umanos Editora, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-66268-18-8

1. Crimes - Combate 2. Delegados de polícia 3. Investigação policial 4. Justiça criminal 5. Polícia judiciária - Brasil 6. Segurança pública I. Sousa, António Francisco de. II. Hoffmann, Henrique. III. Júnior, Joaquim Leitão.

19-27236

CDU-343.123.12(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Polícia judiciária brasileira : Aspectos práticos e teóricos sobre a atividade: Direito criminal 343.123.12(81)

Iolanda Rodrigues Biode - Bibliotecária - CRB-8/10014

Coautores

Bruno Lima Barcellos

Cláudio Álvares Sant'Ana

Dr. António Francisco de Sousa

Luiz Henrique Damasceno

Guilherme Berto Nascimento Fachinelli

Henrique Hoffmann

Joaquim Leitão Júnior

Marcel Gomes de Oliveira

Rodrigo Azem Buchdid

Impresso no Brasil


Umanos Editora

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-66268-18-8



9 788566 268188

Sumário

PREFÁCIO..... Pág. 17

1. A IMPORTÂNCIA DE UM MODELO DE “POLÍCIA DE ESTADO”
EM UM ANTAGONISMO AO MODELO DE
“POLÍCIA DE GOVERNO” Pág. 21

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

2. O DELEGADO DE POLÍCIA PODE COMETER “CRIME DE
HERMENÊUTICA”? Pág. 33

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

3. IMPARCIALIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INDEPENDÊNCIA
FUNCIONAL DO DELEGADO DE POLÍCIA..... Pág. 39

AUTOR: HENRIQUE HOFFMANN

4. A CAPACIDADE POSTULATÓRIA DA AUTORIDADE POLICIAL,
UMA REALIDADE QUE SE QUER NEGAR..... Pág. 53

AUTOR: BRUNO LIMA BARCELLOS

5. A IMPARCIALIDADE DO DELEGADO DE POLÍCIA E O PRINCÍPIO
DO DELEGADO NATURAL COMO INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS Pág. 63

5.1. IntroduçãoPág. 63

5.2. A Polícia Judiciária no paradigma
do Estado Democrático de DireitoPág. 64

5.3. Da origem do cargo de Delegado de PolíciaPág. 65

5.4. A imparcialidade do Delegado de Polícia
como garantia na investigação criminalPág. 66

5.5. Do princípio do Delegado NaturalPág. 69
5.6. Considerações finais.....Pág. 73

AUTOR: GUILHERME BERTO NASCIMENTO FACHINELLI

**6. O CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL E A
FUNÇÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA
DENTRO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL..... Pág. 75**

6.1. IntroduçãoPág. 75
6.2. O Contraditório à luz da Constituição FederalPág. 76
6.3. Origem do Inquérito PolicialPág. 77
6.4. Natureza do Inquérito PolicialPág. 77
6.5. Elementos de informações: Valor ProbatórioPág. 79
6.6. Legislações que denotam o contraditório
no Inquérito Policial.....Pág. 80
6.7. Conceituação contemporânea do Inquérito PolicialPág. 82
6.8. Considerações finaisPág. 83

AUTOR: RODRIGO AZEM BUCHDID

**7. A DESNECESSIDADE DE INQUÉRITOS POLICIAIS BUSCAREM
ELEMENTOS INFORMATIVOS PLENOS (OU DE PROVAS PLENAS) EM
COGNIÇÃO EXAURIENTE EM CONTRAPONTO ÀS REQUISIÇÕES
JUDICIAIS E MINISTERIAIS..... Pág. 85**

7.1. A necessidade de otimização de diligências policiais
buscarem elementos informativos plenos (ou de provas plenas)
em cognição exaurientes em contratempos às requisições
judiciais e ministeriaisPág. 85
7.2. Da requisição judicial e da requisição ministerial
de diligências na esfera policialPág. 87
7.3. Considerações finais.....Pág. 90

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**8. LEGÍTIMA DEFESA, O ABATE POR SNIPER E O
GUARDA-CHUVA - UMA ANÁLISE DO ÂMBITO
DA IMINÊNCIA NA LEGÍTIMA DEFESA Pág. 91**

- 8.1. IntroduçãoPág. 91
 8.2. O conceito de *Sniper*Pág. 92
 8.3. O conceito de tiro de comprometimentoPág. 93
 8.3.1. A legítima defesa no Código PenalPág. 94
 8.3.2. O âmbito da iminência na legítima defesaPág. 96
 8.4. Considerações do Direito Penal Português.....Pág. 104
 8.5. Considerações finais.....Pág. 106

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**9. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A LEI Nº 13.330/2016
(QUALIFICADORA DE SEMOVENTE DOMESTICÁVEL DE PRODUÇÃO
NOS CRIMES DE FURTO E DE RECEPÇÃO)..... Pág. 109**

9. 1. A nova qualificadora do § 6º do art. 155 pode conviver
simultaneamente ou não, com as figuras qualificadoras,
causa de aumento, privilegiadora e simples? Pág. 109
 9.1.1. O novel § 6º do art. 155 pode conviver
simultaneamente com as figuras qualificadoras (§ 4º).....Pág. 114
 9.1.2. A nova qualificadora do § 6º do art. 155 pode
conviver simultaneamente com a figura de causa de
aumento de penas mediante repouso noturno (§ 1º)?.....Pág. 115
 9.1.3. A nova qualificadora do § 6º do art. 155 pode conviver
simultaneamente com a figura privilegiada?Pág. 117
 9.1.4. A nova qualificadora do § 6º do art. 155 pode
conviver simultaneamente ou não, com as
figura do furto simples?Pág. 118
 9.2. Considerações finais.....Pág. 118

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

**10. DA (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS IMUNIDADES
PENAIAS À LEI MARIA DA PENHA Pág. 121**

10.1. Introdução.....	Pág. 121
10.2. Breve análise dos artigos 181, 182 e 183, todos do Código Penal e do art. 5º e 7º, inciso IV, da lei nº. 11.340/2006.....	Pág. 123
10.3. A (im)possibilidade de aplicação das imunidades penais à Lei Maria da Penha.....	Pág. 125
10.4. Considerações finais.....	Pág. 131

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

11. O PAPEL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL PERANTE A EFETIVIDADE DA LEI 11.340/06.....Pág. 133

11.1. Introdução.....	Pág. 133
11.2. Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	Pág. 135
11.3. Autoridade Policial e a Lei 11.340/06.....	Pág. 137
11.4. Importância do atendimento Ininterrupto nas Delegacias de Defesa da Mulher.....	Pág. 139
11.5. Medidas Protetivas de Urgência e a concessão pela Autoridade Policial.....	Pág. 142
11.6. Considerações finais.....	Pág. 146

AUTOR: CLÁUDIO ÁLVARES SANT'ANA

12. A MEDIDA PROTETIVA DE NÃO APROXIMAÇÃO DO AGRESSOR À VÍTIMA NO ÂMBITO DOMÉSTICO, E A POLÊMICA JURÍDICA QUANDO A VÍTIMA É QUEM APROXIMA OU VAI ATRÁS DO AGRESSORPág. 149

12.1 A restrição de direitos ao agressor e a possibilidade de o comportamento da vítima implicar em renúncia tácita ou de abrir mão da proteção conferida a si.....	Pág. 149
12.2. O problema foco do artigo constitui na medida protetiva de não aproximação do agressor à vítima no âmbito doméstico, mas e quando a vítima é quem se aproxima ou vai atrás do agressor?.....	Pág. 150

12.3. Considerações finais.....	Pág. 153
---------------------------------	----------

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

13. DA (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA ESCUSA ABSOLUTÓRIA DO ART. 181, I, DO CÓDIGO PENAL À UNIÃO ESTÁVEL.. Pág. 155

13.1. Uma análise da doutrina e da jurisprudência	Pág. 155
13.2. Da (im)possibilidade de aplicação da escusa absolutória do art. 181, I, do Código Penal frente à união estável	Pág. 157
13.2.1. Mas, afinal, por qual motivo existem as escusas absolutórias?	Pág. 158
13.2.2. Qual a distinção fornecida pelo Direito Civil entre casamento e união estável?	Pág. 159
13.3. Abordagens quanto ao casamento - conceito e seus desdobramentos	Pág. 159
13.3.1. Espécies de casamentos	Pág. 161
13.3.2. Capacidade para o casamento.....	Pág. 162
13.3.3. Impedimentos e causas suspensivas	Pág. 162
13.3.4. Dissolução do casamento.....	Pág. 163
13.3.5. Natureza jurídica do casamento.....	Pág. 163
13.4. União estável-conceito e seus desdobramentos	Pág. 164
13.4.1. Natureza jurídica da união estável.....	Pág. 165
13.4.2. Análise comum afeta ao casamento e união estável sobre os regimes de bens	Pág. 165
13.5. Comparações e distinções entre casamento e união estável.....	Pág. 166
13.5.1. Paternidade	Pág. 166
13.5.2. Pensão por morte	Pág. 167
13.5.3. Direito real de habitação.....	Pág. 168
13.5.4. Bens que herda.....	Pág. 168
13.5.5. Separação e nova união estável	Pág. 169
13.5.6. Da posição do Supremo Tribunal Federal em se estender a união estável às uniões homoafetivas	Pág. 170
13.6. Das fundamentações pela inaplicabilidade da	

escusa absolutória em união estável	Pág. 172
13.6.1. Das fundamentações pela aplicabilidade da escusa absolutória em união estável.....	Pág. 173
13.6.2. A posição da jurisprudência sobre o tema.....	Pág. 181
13.6.3. Da possibilidade das escusas absolutórias em casamentos e uniões estáveis homoafetivas.....	Pág. 184
13.6.4. Da análise da Escusa pela Autoridade Policial	Pág. 184
13.7. Considerações finais	Pág. 185

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

14. A DISCUSSÃO SOBRE REQUISIÇÃO POLICIAL DE PRONTUÁRIO MÉDICO OU EQUIVALENTE E O DEVER DE ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DA SAÚDE À AUTORIDADE POLICIAL Pág. 189

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

15. A CELEUMA TRAZIDA COM ADVENTO DA LEI Nº 13.491/17 SOBRE ATRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO DO HOMICÍDIO (OU ÓBITO) PRATICADO POR POLICIAL MILITAR CONTRA CIVIL, NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO..... Pág. 209

15.1. Introduções.....	Pág. 209
15.2. Das medidas administrativas a serem encetadas nestas hipóteses de usurpação.....	Pág. 221
15.3. Das adoções de medidas criminais e processuais penais nestas circunstâncias de usurpação, com prejuízo às investigações que possam redundar em verdadeiro problema para possível aplicação da lei penal e da conveniência da instrução penal	Pág. 222
15.4. Da inconstitucionalidade e inconveniência de pontos da Lei nº 13.491/2017	Pág. 222
15.5. Considerações finais.....	Pág. 224

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

16. PROPINA DISFARÇADA DE DOAÇÃO ELEITORAL OFICIAL PARA CANDIDATO É VIÁVEL PARA TIPIFICAR OS DELITOS DE CORRUPÇÃO

PASSIVA E LAVAGEM DE DINHEIRO?..... Pág. 227

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

17. O EVENTUAL SIGILO JUDICIAL IMPOSTO AO ADVOGADO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E A ANTINOMIA APARENTE TRAZIDA PELA LEI Nº 13.245/2016 COM A LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS..... Pág. 241

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

18. A CONSTANTE DINÂMICA DE ALTERAÇÕES DE PAPÉIS, FUNÇÕES E CARGOS DENTRO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA DE INTRUSÃO E INVASÃO EM REDES E DISPOSITIVOS DIANTE DA COMPLEXIDADE SINGULAR PROBATÓRIA DE SUA ATUAÇÃO Pág. 265

18.1. A importância da técnica de intrusão e invasão de redes e dispositivos diante da complexidade probatória (obtenção de elementos informativos e/ou provas) da investigação policial nos meandros das organizações criminosas e os artifícios empregados pelos integrantes dessas organizaçõesPág. 265

18.2. Nichos criminosos que fomentam as organizações criminosas.....Pág. 268

18.3. Equipamentos tecnológicos.....Pág. 268

18.4. A importância dos diagramas, fluxogramas, cadeias de vínculos, cadeia de redes confeccionadas por programas computacionais ou meios manuaisPág. 269

18.5. Medidas fundamentais também para o desmantelamento de organizações criminosasPág. 269

18.6. Objetivo de neutralização ou de contenção das organizações criminosas.....Pág. 271

18.7. Método ou técnica de investigação “F3EAD”Pág. 272

18.8. Desafios que devem ser aplicados como técnica ou ferramenta de intrusão/invasão em redes e dispositivos de informática, em sentido amploPág. 274

18.9. Requisitos para implementação das técnicas de intrusão ou invasão em redes ou dispositivosPág. 282

18.10. Considerações finaisPág. 284

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

19. DA (IM)POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO EM REGRA DO ACORDO DE DELAÇÃO E ANÁLISE DA COMPETÊNCIA PARA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA DE DELATADO QUE SEJA DETENTOR POR FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO Pág. 287

19.1. Introdução.....Pág. 287

19.2. Posição do STJ sobre o temaPág. 288

19.3. Posição do STF sobre o assuntoPág. 289

19.4. Considerações finais.....Pág. 293

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

20. A COLABORAÇÃO PREMIADA E QUESTIONAMENTOS PONTUAIS SOBRE OS OBJETOS DO ACORDO DENTRO DA ÓTICA DA LEGALIDADE..... Pág. 295

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

21. O ACESSO AOS DADOS EM APARELHOS CELULARES, CRÍTICA E DISTINÇÕES Pág. 305

21.1. Introdução.....Pág. 305

21.2. Da jurisprudência prevalente.....Pág. 307

21.3. Da interpretação sistêmica, visão crítica.....Pág. 311

21.4. Das distinções (*Distinguishing*).....Pág. 314

21.5. Considerações finaisPág. 317

AUTOR: LUIZ HENRIQUE DAMASCENO

22. A TIPIIFICAÇÃO A SER DADA EM CASO DE EXIGÊNCIA DE FOTOGRAFIAS (DESNUDAS) OU VÍDEOS COM CENAS SENSUAIS DA

VÍTIMA PELA INTERNETPág.. 319

22.1. Introdução	Pág. 319
22.2. Da análise do figurino do constrangimento ilegal.....	Pág. 321
22.3. Exame do estupro (estupro virtual) pela mera contemplação lasciva, segundo entendimento do STJ que poderia ser aplicado aqui num paralelo.....	Pág. 322
22.4. Reflexão quanto ao tipo da extorsão (por conta da discussão da parte minoritária da doutrina e jurisprudência que entendem que a extorsão admitiria vantagem diversa da econômica como sexual entre outras).....	Pág. 323
22.5. Ponderação quanto ao art. 215-A, do Código Penal Brasileiro	Pág. 326
22.6. Art. 216-B (inclusive a prática do <i>upskirting</i>), do CPB	Pág. 327
22.7. Art. 218-C e seus parágrafos, todos do CPB.....	Pág. 329
22.8. Abordagem quanto ao art. 240 até o art. 241-D, todos do ECA, se estiverem presentes as situações delineadas no art. 241-E, ECA	Pág. 330

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

23. COMENTÁRIOS APROFUNDADOS À LEI N. 13.608/2018 (LEI DO DISQUE-DENÚNCIA) O INSTITUTO DO DISQUE-DENÚNCIA E A SUA RECOMPENSA PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS ...Pág. 333

23.1. Introdução	Pág. 333
23.2. Da publicidade gratuita nos meios de transporte coletivo.....	Pág. 334
23.3. Descentralização do disque-denúncia	Pág. 334
23.4. O sigilo do informante.....	Pág. 335
23.5. A recompensa pelo oferecimento de informações fidedignas.....	Pág. 336
23.6. Mudanças no Fundo Nacional de Segurança Pública.....	Pág. 336
23.7. Denúncias anônimas e a instauração de inquérito policial	Pág. 338
23.7.1. Denúncias anônimas e o eventual	

prejuízo ao denunciado.....	Pág. 339
23.7.2. Distinção entre denúncia anônima e o instituto do <i>whistleblower</i> (ou soprador do apito).....	Pág. 340
23.8. Pode a denúncia anônima embasar procedimentos administrativos?	Pág. 342
23.9. Do papel do “disque-denúncias” em Delegacias Especializadas de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) ou unidades policiais equivalentes	Pág. 343
23.10. Considerações finais.....	Pág. 343

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA E JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

24. O SISTEMA DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA (SIS) EM PORTUGAL E O TERRORISMO INTERNACIONAL Pág. 345

24.1. Defesa do Estado: Polícia, Serviço de Informação e Segurança (SIS) e Ministério Público (MP)	Pág. 346
24.2. Forças de Ordem e Segurança públicas (polícias).....	Pág. 346
24.3. Serviço de Informações e Segurança (SIS).....	Pág. 347
24.4. Terrorismo e economia do terrorismo	Pág. 349
24.5. Financiamento do terrorismo e outros pressupostos de sucesso.....	Pág. 352
24.6. <i>Modus operandi</i> do terrorismo internacional	Pág. 354
24.7. Medidas de prevenção e combate.....	Pág. 354
24.8. Considerações finais.....	Pág. 355

AUTOR: DR. ANTÓNIO FRANCISCO DE SOUSA

25. RECOLHA E PROCESSAMENTO DE DADOS PELAS FORÇAS POLICIAIS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA: O CASO PORTUGUÊS Pág. 357

25.1. Em geral.....	Pág. 357
25.2. Organização do processamento de dados	Pág. 360
25.3. Recolha de imagens em reuniões, manifestações e concentrações	Pág. 365
25.4. O caso específico da videovigilância pelas forças policiais	

em locais públicos de utilização comum	Pág. 366
25.5. Levantamento secreto de dados	Pág. 369
25.6. Emprego de meios especiais.....	Pág. 371
25.7. Os meios técnicos	Pág. 372
25.8. Pressupostos da observação secreta de pessoas	Pág. 374
25.9. Exigências legais quanto a utilização de meios técnicos.....	Pág. 377
25.10. Recolha de dados com “meios técnicos” na habitação ou a partir delas	Pág. 377
25.11. Troca internacional de dados	Pág. 380

AUTOR: DR. ANTÓNIO FRANCISCO DE SOUSA

**TRATADO
CONTEMPORÂNEO DE
POLÍCIA
JUDICIÁRIA**

Vol. 02

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98). É crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

COLOFÃO

Editora: Umanos Editora

Editor Executivo: Leandro Doornelles

Revisão gramatical: Telma Cheida

Revisão de ideias: Jair Donato

Diagramação: Leandro Alves

Capa: Neliton Gois

Diretor de Marketing: Neliton Gois

Diretor Comercial/Fin: Lucas Budoio

Comercial: Genivaldo Maroto

Formato / Papel: Brochura / Polen Soft 90g, 1 cor

Foto capa: https://www.freepik.com/premium-photo/spec-ops_1264130.htm

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Tratado contemporâneo de polícia judiciária, volume 2 / organização
Joaquim Leitão Júnior. ~ Cuiabá: Umanos Editora, 2020

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-990096-7-9

1. Corrupção - Combate
 2. Crimes - Combate
 3. Delegados de polícia
 4. Investigação policial
 5. Justiça criminal
 6. Polícia judiciária - Brasil
 7. Segurança pública
- I. Leitão Júnior, Joaquim.

20-42564

CDU-343.123.12(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Polícia judiciária brasileira: Aspectos práticos e teóricos sobre a atividade:
Direito criminal 343.123.12(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

CC AUTORES

Alessandro Gonçalves Barreto

Bruno Gilaberte Freitas

Bruno Lima Barcellos

Cláudio Álvares Sant'Ana

Cleopas Isaías Santos

Eduardo Luiz Santos Cabette

Francisco Sannini Neto

Guilherme Berto Nascimento Fachinelli

Higor Vinicius Nogueira Jorge

Jaime Pimentel Júnior

Joaquim Leitão Júnior

Luiz Henrique Damasceno

Marcel Gomes de Oliveira

Marcelo de Lima Lessa

Márcio Adriano Anselmo

Márcio Alberto Gomes Silva

Paulo Henrique de Godoy Sumariva

Paulo Reyner Camargo Mousinho

Rafael Francisco Marcondes de Moraes

Raphael Zanon da Silva

Ruchester Marreiros Barbosa

ISBN 978-65-990096-7-9



Impresso no Brasil


Umanos Editora

Nota da Editora

Há referências e citações contidas nos capítulos desta obra, que estão alinhadas conforme a orientação dos próprios coautores, que não seguiram o padrão único estabelecido pela Umanos Editora, em consonância com o organizador da obra.

Sumário

PREFÁCIO Pág. 09

1. A BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR PELAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS E A NECESSIDADE DE SE PRESERVAR A CADEIA DE CUSTÓDIA DE TODO O ELEMENTO APREENDIDO (ARRECADADO NO LOCAL) DE POTENCIAL INTERESSE PARA A PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL.....PÁG.23

- 1.1. Impactos diretos da Lei Federal nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime ou Lei Anticrime) nas atividades das Polícias Judiciárias, inclusive em relação a celulares e dispositivos similares apreendidos.Pág. 23
- 1.2. Da arrecadação até o descarte de eventual prova da Cadeia de Custódia.....Pág. 27
- 1.3. A dupla função ou binômio da Cadeia de CustódiaPág. 31
- 1.4. Dos princípios que regem a Cadeia de CustódiaPág. 31
- 1.5. Polêmica onde não existir perícia oficial? Como proceder?Pág. 32
- 1.6. Ausência de cumprimento ou inversão de procedimento da Cadeia de Custódia acarretará à (in)validação automática?Pág. 32
- 1.7. Do dever dos institutos de criminalísticas terem a Central de CustódiaPág. 34
- 1.8. Considerações finaisPág. 35

AUTOR: JOAQUIM LEITÃO JUNIOR

2. RESSONÂNCIAS DA LEI Nº 13.964/2019 NAS PRISÕES EM FLAGRANTE E CAUTELARES.....PÁG. 39

- 2.1. Introdução.....Pág. 39
- 2.2. Prisão em flagrantePág. 39
- 2.3. Audiência de custódia.....Pág. 42
- 2.4. Prisão preventiva.....Pág. 43
- 2.5. Considerações finaisPág. 49

AUTOR: CLEOPAS ISAÍAS SANTOS

3. O DIREITO AO CONTRADITÓRIO DIFERIDO NO INQUÉRITO POLICIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ART. 14-A DO CPP NOS CASOS DE CONFRONTO VICIADO.....PÁG. 53

3.1. Introdução.....	Pág. 53
3.2. Análise do art. 14-A do CPP - introduzido pela Lei n.º 13.964/2019	Pág. 54
3.2.1. O contraditório e a ampla defesa no inquérito policial.....	Pág. 54
3.2.2. Servidores abrangidos	Pág. 55
3.2.3. Procedimentos abrangidos.....	Pág. 55
3.2.4. O objeto da investigação	Pág. 55
3.2.5. A constituição de defensor.....	Pág. 56
3.2.6. A não constituição de defensor prejudica o andamento do procedimento?	Pág. 57
3.2.7. Citação, intimação ou notificação?	Pág. 57
3.2.8. Meios de se realizar a notificação	Pág. 57
3.2.9. Qual o momento de se realizar a notificação?	Pág. 57
3.2.10. A indicação de defensor pela instituição à qual o investigado estava vinculado.....	Pág. 58
3.2.11. Consequência jurídica da falta de notificação	Pág. 59
3.2.12. Casos em que o Delegado de Polícia, verifica, <i>ab initio</i> , que o confronto está viciado	Pág. 59
3.2.13. Como proceder o Delegado de Polícia diante de tal situação (confronto viciado)? Em resumo, deverá o responsável pelas investigações notificar o(s) investigado(s)?	Pág. 60
3.2.14. A perpetuação do olvidamento da vítima	Pág. 60
3.3. Considerações finais.....	Pág. 61

AUTOR: MARCEL GOMES DE OLIVEIRA

4. ANÁLISE DOS EFEITOS DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL SOB A ÓTICA DA LEI 13.964/19, PACOTE CRIME.....PÁG. 63

4.1. Introdução.....	Pág. 63
4.2. Conceito de inquérito policial.....	Pág. 64
4.3. Investigação por meio de inquérito policial	Pág. 64
4.4. Arquivamento do inquérito policial e o pacote anticrime.....	Pág. 66
4.5. Efeitos do arquivamento do inquérito policial com a nova sistemática imposta pelo pacote anticrime.....	Pág. 67
4.6. Considerações finais	Pág. 71

AUTOR: CLÁUDIO ÁLVARES SANT'ANA

5. ENFRENTAMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – O ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA DEPOIS DO PACOTE ANTICRIME.....PÁG. 75

5.1. Acordo de colaboração premiada depois do pacote anticrime	Pág. 75
5.1.1. Introito	Pág. 75
5.1.2. Natureza jurídica.....	Pág. 76
5.1.3. Início das negociações	Pág. 76
5.1.4. Indeferimento sumário da proposta	Pág. 77
5.1.5. Termo de confidencialidade.....	Pág. 77
5.1.6. Suspensão da investigação	Pág. 78
5.1.7. Instrução preliminar	Pág. 79
5.1.8. Assinatura dos termos de recebimento da proposta e de confidencialidade.....	Pág. 79
5.1.9. Não celebração do acordo por iniciativas do celebrante....	Pág. 80
5.1.10 Procuração com poderes específicos	Pág. 80
5.1.11. Conflito de interesses.....	Pág. 81
5.1.12. Narração de todos os fatos ilícitos (que guardem relação com os fatos investigados).....	Pág. 81
5.1.13. Corroboração	Pág. 81
5.1.14. Abrandamento do princípio da obrigatoriedade da ação pública	Pág. 82
5.1.15. Homologação da colaboração.....	Pág. 83
5.1.16. Concessão dos benefícios pactuados na sentença	Pág. 85
5.1.17. Cláusula de renúncia ao direito de impugnação da decisão homologatória (impossibilidade).....	Pág. 85
5.1.18. Recusa à homologação	Pág. 85
5.1.19. Direito do delatado de se manifestar por último	Pág. 86
5.1.20. Registro de tratativas	Pág. 87
5.1.21. Decisão calcada apenas na palavra do colaborador (impossibilidade).....	Pág. 88
5.1.22. Rescisão da colaboração	Pág. 88
5.1.23. Direitos do colaborador	Pág. 89
5.1.24. Levantamento do sigilo do acordo de colaboração premiada.....	Pág. 90
5.2. Considerações finais	Pág. 90

AUTOR: MÁRCIO ALBERTO GOMES SILVA

6. A FIGURA DO AGENTE POLICIAL DISFARÇADO CONSOLIDA TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....PÁG. 93

AUTOR: FRANCISCO SANNINI NETO

7. A APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA DIANTE DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE E DOS REQUISITOS DA PRISÃO EM FLAGRANTE.....PÁG. 103

AUTOR: RAFAEL FRANCISCO MARCONDES DE MORAES

8. JUSTA CAUSA CONSTITUCIONALMENTE EMBRIONÁRIA E A RESERVA DE JURISDIÇÃO..... PÁG. 113

AUTOR: RUCHESTER MARREIROS BARBOSA

9. INQUÉRITO POLICIAL, INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A UM GOVERNO PROBO, NOS CASOS DE AUTORIDADES COM PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....PAG. 125

- 9.1. Introdução.....Pág. 125
- 9.2. Foro por prerrogativa de função e investigações criminaisPág. 126
- 9.3. Necessidades de autorização judicial ou não para investigações criminais nos casos de foro por prerrogativaPág. 127
- 9.4. Aspectos controvertidos e práticos sobre o foro por prerrogativa de função de investigações criminais.....Pág. 129
- 9.5. Reflexões críticas ao foro por prerrogativa de função e investigações criminaisPág. 132
- 9.6. Considerações finaisPág. 134

AUTOR: GUILHERME BERTO NASCIMENTO FACHINELLI

10. A FASE EXTRAPROCESSUAL DA PERSECUÇÃO PENAL: O INQUÉRITO POLICIAL E SUA INDISPENSABILIDADE PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL.....PÁG. 137

- 10.1. Introdução.....Pág. 137
- 10.2. Procedimentos de Investigação Criminal.....Pág. 140
- 10.3. A Indispensabilidade do Inquérito Policial.....Pág. 143
- 10.4. Considerações finaisPág. 148

AUTOR: RAPHAEL ZANON DA SILVA

11. A POLÍCIA JUDICIÁRIA COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA.....PÁG. 155

- 11.1. IntroduçãoPág. 155
- 11.2. Sistema acusatório brasileiroPág. 157
- 11.3. Polícia judiciária multifunçõesPág. 160
- 11.4. Considerações finaisPág. 163

AUTOR: PAULO REYNER CAMARGO MOUSINHO

12. A RELAÇÃO DO DIREITO PENAL, A CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL COM AS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS - A IMPORTÂNCIA DA CRIMINOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO ÀS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS.....PÁG. 167

- 12.1. Introdução.....Pág. 167
 12.2. O Direito Penal e o fenômeno criminal.....Pág. 170
 12.3. A segurança pública e o fenômeno criminalPág. 170
 12.4. Os objetos de estudo da criminologiaPág. 171

AUTOR: PAULO HENRIQUE DE GODOY SUMARIVA

13. RECRUTAMENTO, FORMAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL, GESTÃO E DOUTRINA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.....PÁG. 175

- 13.1. IntroduçãoPág. 175
 13.2. O recrutamentoPág. 175
 13.3. A formação técnica-profissional.....Pág. 176
 13.4. A doutrina de Polícia Judiciária.....Pág. 178
 13.5. O resgate da essência da Polícia JudiciáriaPág. 179
 13.6. Métodos de gestão.....Pág. 181
 13.7. Considerações finaisPág. 182

AUTOR: MARCELO DE LIMA LESSA

14. DECISÃO DE INDICIAMENTO.....PÁG. 185

- 14.1. IntroduçãoPág. 185
 14.2. Indiciamento: um juízo de valor do Delegado de Polícia.....Pág. 186
 14.3. Inquérito policial e o momento da decisão de indiciamentoPág. 188
 14.4. Características e classificações do indiciamento.....Pág. 189
 14.5. A necessária análise constitucional do indiciamento: natureza jurídicaPág. 191
 14.6. Sujeitos e efeitos do indiciamento.....Pág. 192
 14.7. Infrações de menor potencial ofensivo e decisão de indiciamentoPág. 193
 14.8. Aditamento do indiciamento e o desindiciamento.....Pág. 194

AUTOR: JAIME PIMENTEL JÚNIOR

15. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E O DELEGADO DE POLÍCIA: UMA ABORDAGEM COM FULCRO NA TEORIA GERAL DO DIREITO POLICIALPÁG. 199

15.1. Introdução	Pág. 199
15.2. ● princípio da insignificância	Pág. 200
15.2.1. Conceito	Pág. 200
15.2.2. ●origens	Pág. 200
15.3. O Delegado de Polícia e o arquivamento da "notitia criminis"	Pág. 201
15.4. Teoria Geral do Direito Policial em Guedes Valente e a polícia como instrumento de garantia dos direitos fundamentais	Pág. 202
15.5. Considerações finais	Pág. 207

AUTOR: EDUARDO LUIZ SANTOS CABETTE

16. O CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS: SUA RELAÇÃO COM A CORRUPÇÃO E CRIMES DE COLARINHO BRANCO, SOB A PERSPECTIVA DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO INQUÉRITO POLICIAL.....PÁG. 211

16.1. Introdução	Pág. 212
16.2. ● Direito Policial e o inquérito policial: uma visão ainda mais moderna. Seria uma perspectiva apenas policial?.....	Pág. 214
16.3. A legislação atual de lavagem de capitais: seus antecedentes e seus desdobramentos.....	Pág. 220
16.3.1. Na Jurisprudência, como se tratam os delitos de lavagem de capitais na perspectiva da infração penal antecedente?	Pág. 222
16.4. À vista ou a prazo?! ● Brasil está à venda? Uma visão que perturba: a corrupção sistêmica	Pág. 223
16.5. A corrupção e a lavagem de capitais se imiscuem para o fim de espoliar os cofres públicos. Como se identificar autores e materialidade delitiva: a complexa trama deve ser desnudada. Salve o inquérito policial!	Pág. 225
16.6. Considerações finais	Pág. 229

AUTOR: BRUNO LIMA BARCELLOS

17. CRIATIVOS E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....PÁG. 233

AUTOR: MÁRCIO ADRIANO ANSELMO

18. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA APLICADA NO ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO.....PÁG. 243

18.1. Introdução	Pág. 243
18.2. Investigação criminal tecnológica	Pág. 244
18.2.1. Novas modalidades de afastamento de sigilo	Pág. 245
18.2.2. Equipamentos e software específicos	Pág. 249
18.2.3. Fontes abertas.....	Pág. 250
18.3. Considerações finais	Pág. 252

AUTOR: HIGOR VINICIUS NOGUEIRA JORGE

19. A ARTE DE INVESTIGAR CRIMES EM MEIO CIBERNÉTICO.....PÁG. 255

19.1. Introdução	Pág. 255
19.2. Da busca de elementos informativos	Pág. 256
19.2.1. Legislação, investigação e tecnologia	Pág. 257
19.2.2. Preservação de conteúdo.....	Pág. 257
19.3. Meios de obtenção de elementos informativos	Pág. 258
19.3.1. Quebra de sigilo telemático e interceptação telemática ..	Pág. 258
19.3.2. Dados cadastrais	Pág. 259
19.3.3. Infiltração policial na internet	Pág. 260
19.3.4. NIT - <i>Network Investigative Technique</i>	Pág. 261
19.3.5. Coleta em fontes abertas.....	Pág. 262
19.4. Considerações finais	Pág. 263

AUTOR: ALESANDRO GONÇALVES BARRETO

20. INFILTRAÇÃO POLICIAL VIRTUAL, LIMITES E APLICAÇÃO.....PÁG. 267

20.1. Introdução.....	Pág. 267
20.2. Natureza Jurídica	Pág. 268
20.3. Aspecto Legal.....	Pág. 271
20.4. A infiltração na Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas).....	Pág. 272
20.5. Considerações finais.....	Pág. 276

AUTOR: LUIZ HENRIQUE DAMASCENO

**21.COVID-19, REPERCUSSÕES CRIMINAIS E A ATIVIDADE DO DELEGADO DE
POLÍCIA.....PÁG. 279**

21.1. IntroduçãoPág. 279

21.2. Covid-19 e os crimes contra a pessoa: ofensa
à saúde ou à vidaPág. 280

21.3. Os crimes contra a saúde pública, ilustres desconhecidosPág. 283

21.4. A atuação do Delegado de Polícia.....Pág. 285

AUTOR: BRUNO GILABERTE FREITAS